PROJETO DE LEI Nº , DE 2015

(Do Sr. Décio Lima)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 15

.....

§ 5º É vedado aos membros do Ministério Público e da Magistratura nacional a publicação de conteúdos na internet, bem como prover aplicações de internet na forma do *caput* deste artigo. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É inquestionável que, hoje, o mundo está ligado pelas redes sociais, verdadeiras teias de conexões que não apenas informam como também dão voz às pessoas. As mídias sociais têm direcionado o mundo para um novo nível de inovação e formas criativas e diferenciadas de modificar antigos padrões.

As redes sociais têm interferindo nas decisões em todos os níveis e impactado o modo como as pessoas se relacionam. De sorte que, não seria exagero considerar o uso das redes sociais como o principal elemento de transformação do estilo de vida das pessoas, de seus relacionamentos e atividades profissionais.

Contudo, há que se reconhecer que, apesar de todos os benefícios alcançados, as redes sociais também podem trazer prejuízos para a vida das pessoas e para a organização política e social de comunidades e até mesmo do país.

Diante dessa realidade, urge que se discuta a abrangência dessas mídias sociais, sobretudo quando utilizadas por autoridades que, por dever de ofício, devem posicionar neutralidade em questões conflitantes.

Certo de que os nobres colegas bem poderão aquilatar a importância da proposta, encareço a sua melhor acolhida.

Sala das Sessões, em de de 2015.

DEPUTADO DÉCIO LIMA